LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 12
3 Domínio da ortografia oficial. 35
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 53
4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 76
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 76
5.1 Emprego das classes de palavras. 94
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 144
5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 144
5.5 Concordância verbal e nominal. 153
5.6 Regência verbal e nominal. 169
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 180
5.8 Colocação dos pronomes átonos. 188
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 195
6.1 Significação das palavras. 208
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 220

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1 Ética e moral. 1
2 Ética, princípios e valores. 9
3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 11
4 Ética e função pública. 15
5 Ética no setor público. 17
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Atos de improbidade administrativa. 25
7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações. 31
8 Resolução TJPA nº 14/2016 (Código de Ética do Tribunal de Justiça do Pará). 38

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

1 Comportamento organizacional. 1
1.1 Teorias da motivação. 1.2 Motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas. 1.3 Motivação e contrato psicológico. 10
1.4 Percepção, atitudes e diferenças individuais. 21
1.5 Comunicação interpessoal. 1.6 Barreiras à comunicação. 1.7 Comunicação formal e informal na organização. 23
1.8 Comportamento grupal e intergrupal. 1.9 Processo de desenvolvimento de grupos. 35
1.10 Administração de conflitos. 40
1.11 Liderança e poder. 50
1.12 Teorias da liderança. 64
1.13 Gestão de equipes. 67
1.14 Gestão participativa. 79
1.15 Desempenho e suporte organizacional. 84
1.16 Desenvolvimento organizacional. 96

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1.17 Qualidade de vida no trabalho. 104
1.18 Clima organizacional. 1.19 Cultura organizacional. 110
1.20 Modelos de gestão de pessoas 122
. 2 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público. 142
2.1 Processos participativos de gestão pública. 2.2 Conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 154
3 Transparência da administração pública. 159
3.1 Controle social e cidadania. 164
3.2 Accountability. 170
4 Excelência nos serviços públicos. 177
4.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos 183
. 5 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais. 188
6 Governabilidade e governança. 6.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). 200
7 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA). 200
8 Balanced Scorecard (BSC). 8.1 Principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas. 207
9 Referencial estratégico das organizações. 217
9.1 Análise de ambiente interno e externo. 9.2 Ferramentas de análise de ambiente. 9.2.1 Análise swot, análise de cenários, matriz GUT. 231
9.3 Negócio, missão, visão de futuro, valores. 243
10 Indicadores de desempenho. 10.1 Tipos de indicadores. 10.2 Variáveis componentes dos indicadores. 252
11 Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2 de 2015 a 2020, estabelecida pela Resolução CNJ nº 198/2014. 11.1. Missão, visão e valores do Poder Judiciário. 11.2 Os macrodesafios do Poder Judiciário aplicáveis a Justiça Estadual. 11.3 Metas nacionais. 11.3.1 Definição e correlação com os macrodesafios do Poder Judiciário. 264
12 Planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará para o período de 2015 a 2020, revisada pela Resolução TJPA nº 25/2018. 12.1 Missão, visão, valores e macrodesafios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 271
13 Índice de Eficiência Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Pará previsto na Portaria nº 2005/2019. 13.1 Definição, objetivo e indicadores. 291

LEGISLAÇÃO

1 Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 1.1 Título I (Capítulo I, II e III), Título II (Capítulo I, II, III, IV, V e VI) e Título VI (Capítulo I, II e III). 1
Lei nº 5.810/1994 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Estado do Pará). 15
Lei nº 6.969/2007 e suas alterações (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações). 46

ATUALIDADES

(SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. ... 1

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 1
2 Direito administrativo.2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 12
3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 19
4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade. 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Lei nº 5.810/1994 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará). 4.9 Disposições constitucionais aplicáveis. 33
5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder. 82
6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 92
7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. 106
8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. 116
9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 127
10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 147
10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa). 160
11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo). 171
12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 191
12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 278
12.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços). 295
12.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 307
Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações 333
Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações. 343
2.5 Fundamentos constitucionais. 383
13 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações. 383

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas. 1
2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais. 4
2.2 Direitos e garantias fundamentais. 11
2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 54
2.4 Poder Executivo. 2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 76

SUMÁRIO

2.5 Poder Legislativo. 2.5.1 Estrutura. 2.5.2 Funcionamento e atribuições. 2.5.3 Processo legislativo. 2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito. 85
2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 120
2.7 Funções essenciais à justiça. 143

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço..... 1
2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 13
3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 32
4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 42
5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 52
8 Prescrição e decadência. 77
9 Prova do fato jurídico. 86
10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil... 92

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 2 Normas processuais civis. 1
3 A jurisdição. 6
4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação. 5 Pressupostos processuais. 6 Preclusão. 19
7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Procuradores. 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores. 27
7.5 Litisconsórcio. 43
8 Intervenção de terceiros. 47
9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 56
10 Ministério Público. 62
11 Advocacia Pública. 65
12 Defensoria Pública. 68
13 Atos processuais. 13.1 Forma dos atos. 13.2 Tempo e lugar. 71
13.3 Prazos. 80
13.4 Comunicação dos atos processuais. 87
13.5 Nulidades. 95
13.6 Distribuição e registro. 99
13.7 Valor da causa. 105

SUMÁRIO

14 Tutela provisória. 14.1 Tutela de urgência. 14.2 Disposições gerais. 107
15 Formação, suspensão e extinção do processo. 115
16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 16.1 Procedimento comum. 16.2 Disposições Gerais. 16.3 Petição inicial. 16.4 Improcedência liminar do pedido. 16.5 Contestação, reconvenção e revelia. 16.6 Providências preliminares e de saneamento. 16.7 Julgamento conforme o estado do processo. 16.8 Provas. 16.9 Sentença e coisa julgada. 16.10 Cumprimento da sentença. 16.11 Disposições Gerais. 16.12 Cumprimento. 16.13 Liquidação. 120
17 Processos de execução. 184
18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 227
19 Disposições finais e transitórias. 253
20 Mandado de segurança. 269
21 Ação popular. 276
22 Ação civil pública. 285
23 Ação de improbidade administrativa. 289
24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. 289
25 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 314
26 Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre mediação). 333
27 Lei nº 8.328/2015 (dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais). 341
28 Súmulas do STF e do STJ. 352

DIREITO PENAL

1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 1
2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 11
2.3 Interpretação da lei penal. 2.4 Analogia. 2.5 Irretroatividade da lei penal. 25
2.6 Conflito aparente de normas penais. 29
3 Ilicitude. 4 Culpabilidade. 29
5 Concurso de Pessoas. 46
6 Penas. 6.1 Espécies de penas. 6.2 Cominação das penas. 53
7 Ação penal. 64
8 Punibilidade e causas de extinção. 9 Prescrição. 76
10 Crimes contra a fé pública. 87
11 Crimes contra a Administração Pública. 108
12 Lei nº 4.898/1965, e suas alterações (abuso de autoridade). 155
13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 160
14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 168
15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações). 168
16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000). 169
17 Súmulas do STF e do STJ. 172

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional. 2 Sistemas e princípios fundamentais. 1
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 20
4 Fase pré-processual. 4.1 Inquérito policial. 35

SUMÁRIO

5 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 5.1 Elementos identificadores da relação processual. 5.2 Formas do procedimento. 5.3 Princípios gerais e informadores do processo. 5.4 Pretensão punitiva. 5.5 Tipos de processo penal. 48
6 Ação penal. 60
7 Ação civil Ex Delicto. 71
8 Jurisdição e competência. 75
9 Questões e processos incidentes. 86
10 Prova. 105
11 Sujeitos do Processo. 133
12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações). 145
13 Citações e intimações. 171
14 Atos processuais e atos judiciais. 178
15 Procedimentos. 15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 181
16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 188
17 Prazos. 17.1 Características, princípios e contagem. 209
18 Nulidades. 213
19 Recursos em geral. 222
20 Habeas corpus e seu processo. 244
21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal). 251
22 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. 291
23 Disposições gerais do Código de Processo Penal. 24 Súmulas do STF e do STJ. 295

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015 e suas alterações). 1
2. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e suas alterações) e prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000 e suas alterações). 34

SUMÁRIO